

ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA COMO MOMENTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ATRIBUTOS DA MOBILIZAÇÃO ESPACIAL E FINANCEIRA

Ana Cristina Mota Silva*

RESUMO:

A análise do processo de produção da cidade a partir do materialismo histórico dialético exigiu a compreensão dos momentos de constituição do método como momento de refutação do próprio sentido da ciência, de modo que as diversas concepções contribuem como recortes epistemológicos a caminhar das determinações do processo de acumulação originária aos atributos das condições históricas, e a incorporar, diante da objetividade do real posta, os conteúdos das relações sociais de uma documentação histórica. Isto como síntese das condições concretas desse processo e momento. Contudo, a análise desta mesma produção faz-se-á pela mobilização espacial e financeira como acumulação pela formação dos patrimônios.

PALAVRAS-CHAVE:

Acumulação; Produção do espaço; Cidade; Geografia; Urbano.

ABSTRACT:

The analysis of the production of the city from dialectical historical materialism demanded the appreciation of the method moments constitution as a refutation moment of the very science meaning. So that the different conceptions contribute as epistemological cuttings that go from primitive accumulation process to the historical conditions attributes and incorporate, in presence of the put objectiveness of the real, the contends of the social relations of a historical documentation. All this goes as synthesis of concrete conditions of this process and moment. Although, the analysis of this same production will be done as both spatial and financial mobilisation as accumulation through the patrimonial formation.

KEY WORDS:

Accumulation; Production of space; City; Geography; Urban.

Introdução

Se no século XIX, na relação sujeito-objeto, existia para com o primeiro uma exigência - diante da ciência e suas formulações - da neutralidade do pesquisador frente às descobertas, isto como fruto da consolidação das ciências experimentais, heranças advindas desta constituição desdobram-se, posteriormente, com a expansão do positivismo e, no Brasil, consolidam-se como conjecturas teóricas na segunda metade do século XIX.

Pode-se dizer que para o século XX esta relação não mais se sustenta, fato que definiria os atributos do pesquisador diante das descobertas, de uma nova descoberta, do inusitado. Quais seriam, então, os novos atributos que nos levariam a questionar percursos passados? Questionar os atributos da própria ciência? Poder-se-ia afirmar sob novos parâmetros que, para o XX, à luz das conquistas das *ciências sociais* de um modo geral, a mudança diz respeito, em certa medida, à

atitude do pesquisador diante do objeto pesquisado, uma vez que "*Toda a experiência é construída pela atividade do sujeito que a realiza*," (GRESPLAN, 2005, p.294), levando em consideração que a construção dos caminhos da pesquisa passou a incorporar elementos destas mesmas ciências, os conceitos advindos da história, economia, filosofia e sociologia, como um novo diálogo e proceder da ciência deste século, da ciência geográfica. Nos dizeres de QUAINI, "...é necessário insistir sobre os princípios que, embora com dificuldades, estão se afirmando na história das ciências humanas." (1983, p.11). Como não admitir a contribuição da filosofia com relação ao método filosófico, em essência ao conceito de *dialética*, gênese e fundamento da teoria Schellingiana, aprofundamento dado por Hegel e que seria, posteriormente, retomado por Marx, sintetizado mediante as condições histórico-sociais como materialismo dialético para análise dos processos sociais. Considere-se, ainda, as contribuições de Lênin para com esse conceito, em essencial, as críticas formuladas por este às atribuições kantianas - a dupla determinação da noção de *a priori* como concepção idealista e materialista da história - e a crítica aos que reproduzem estas mesmas concepções, a exemplo dos discípulos de Hume. Esse novo diálogo nasce desta mesma necessidade e complexidade dos processos sociais, com o desenvolver da ciência, com a divisão social do trabalho, etc. Alguns autores consideram essas mudanças sociais como momentos de se pensar o próprio desenvolver da crítica em relação às formações sociais anteriores, visto que, nas crises *saltam* os fenômenos sociais para a sociedade contraditoriamente como crises sociais (da ciência, da religião, agrária, etc.) como momentos de ruptura. Lukács, ao discutir a fundamentação do irracionalismo de 1789 a 1848, nos deixa o legado de pensar como se manifestam as contradições do ponto de vista da formação social:

"Pero, al aparecer la producción capitalista, el desarrollo de las fuerzas productivas se diferencia cualitativamente del de cualquiera otra formación social anterior. El mismo ritmo

de su desarrollo presenta una tónica cualitativamente nueva. Pero esto guarda también relación con la íntima interdependencia, hasta entonces desconocida, entre el desarrollo de la ciencia y el crecimiento de las fuerzas productivas. A ello hay que atribuir, principalmente, el inmenso auge que las ciencias naturales registran desde el Renacimiento." (LUKÁCS, 1959, p.85)

O autor contribui no sentido da apreensão das condições históricas concretas, tanto como manifestações da forma como dos conteúdos sociais, por exemplo, com o nascimento das ciências naturais no século XVIII e o embate destas no desenvolver do XIX, por exemplo, com as conquistas filosóficas do materialismo dialético e histórico. Nas crises irrompe o desafio de continuar avançando no caminho dialético como possibilidade de se pensar a contradição.

Esta possibilidade de conhecer outras ciências coloca-se para nós como desafio metodológico com o risco de deixar pelo caminho as atribuições imanentes à geografia, de nos tornarmos *especialistas* de outras áreas. Até que ponto poder-se-ia definir as fronteiras geográficas diante da complexidade dos processos sociais, isto é, suas demarcações? Esta definição nos levaria de volta ao século XIX, correríamos o risco de um regresso às formulações *das ciências naturais*, às tendências do *neokantismo* e do *positivismo da segunda metade do século XIX*." (LUKÁCS, 1959, p.82). Essas tendências estão presentes como internas à teoria do conhecimento na qual a compreensão das condições objetivas da realidade resulta da forma como se construiu teoricamente esses mesmos momentos de apreensão, ou seja, o princípio de constituição deste pensamento se expõe como cisão de como esse pensamento foi formulado, de modo que se caminha da posição das atribuições idealistas às das concepções materialistas. Isto revela como a formação desses modelos de interpretação da realidade, apesar das características próprias de cada uma dessas realidades, dificulta a superação desses

momentos como compreensão das condições concretas sociais, pois tais modelos de interpretação estão postos como imposição a estas mesmas condições. Essa linha de pensamento difundida por Mach e Avenarius estabelece modelos de interpretação da realidade em que o *idealismo subjetivista* não significa apenas uma forma de compreensão dessa realidade, mas se coloca como princípio formador dessa mesma teoria. Princípios nos quais o conceito de experiência, logo regido pela relação *Eu e Meio*, sistematiza e organiza esta mesma realidade como potencialidade do *Eu pensante*, e ainda, os rege como atributos do *psíquico* a partir dos *valores morais e mentais*, etc. como valores atribuídos às condições objetivas. Esta forma de pensar os fenômenos sociais permite não somente um *a priori* a estas condições, sendo que, da mesma forma, estas formulações alcançam outras categorias como as de espaço e tempo, resultantes simplesmente da contemplação humana, postulado pensado por Kant (1980). Contudo, Kant estabelece uma dialética entre o eu e a coisa em si, que os kantianos desconsideraram. Firma-se, então, aqui, a idéia idealista subjetivista e/ou materialista da história. Estas formulações foram categoricamente refutadas por Lênin.

"...A idéia de que o conhecimento pode 'criar' formas universais, substituir o caos primitivo pela ordem, etc., pertence à filosofia idealista. O universo é um movimento da matéria, regido por leis, e o nosso conhecimento, como produto superior da natureza, pode tão-somente reflectir estas leis." (LÊNIN, 1986, p.23)

A exposição dessas questões e, com demora, nas abreviações do e sobre Kant, surge com o objetivo de mostrar como, no desenvolver da teoria do conhecimento, estas postulações idealistas e materialistas têm como limite a lógica que os regem e serão refutadas ao longo desta mesma teoria a partir das contribuições do materialismo histórico e dialético.

"En toda la obra de su vida encontramos como tendencia (...) el principio de la contradicción

como punto de partida y com base de la lógica y la teoría del conocimiento. (...) Sin embargo, a la luz del ejemplo del joven Schelling, hemos podido ver cuán importantes fueron también, como puntos de partida, estos conatos inconsecuentes para el desarrollo de la dialéctica en Alemania." (LUKÁCS, 1959, p.179)

É bem sabido que existe uma antecipação da forma para as condições objetivas em Kant, isto pode ser observado na própria noção de *a priori* em que o espaço vai aparecer como um elemento que contém a representação da coisa em si, do eu pensante, ou seja, como condição objetiva da sensibilidade. Da mesma forma, em relação ao tempo em que os conteúdos estão definidos como um *a priori* do entendimento. Estas formulações estão presentes também nos autores que tentaram compreender as formulações de Kant e acabaram por negar o sentido histórico interno a sua teoria, o qual permitiu pensar a historicidade como um desdobrar da dialética, por exemplo, nos momentos residuais identificados por Schelling.

"Para Kant, a hipótese da criação do mundo por Deus forma uma peça essencial, permitindo a passagem da razão para a história: porque este mundo foi criado por um ser racional segundo os parâmetros da razão, a natureza humana termina por implementar o que a razão impõe..." (GIANNOTTI, 1983, p.302)

Esse momento é importante, pois o autor recupera o sentido da historicidade exposto acima, de modo que os termos da *irracionalidade intuitiva* impõem - na luta contra o sensível e o supra-sensível, o *a priori* kantiano - o limite de sua própria lógica, assim, a justaposição de partes como representantes de totalidades sociais revela-se como limite do entendimento, embora possibilite a mediação necessária da contradição do em si à busca das condições do para si da História. Esse salto qualitativo tem uma importância primordial para a geografia no momento em que as possibilidades postas por esse espaço definido antecipadamente, como um *a priori*, espaço geométrico, sejam de certa

forma potencializadas a produzir o espaço de *catástrofe*¹ como categoria nascida destas mesmas condições impostas por essa lógica interna. Esse nascimento postula-se como negação que se fará a exigir uma mediação de um ente terreno, contudo, como um Ser historicamente constituído. Coloca-se como superação da prática que lhe mantém como gênese, nasce da teoria prática kantiana a reclamar os atributos da lógica que lhe gerou, como atributos históricos.

"A questão, verdadeiramente importante, da teoria do conhecimento, que divide as correntes filosóficas, não está em saber qual o grau de precisão que atingem as nossas descrições das relações da causalidade, nem se estas descrições podem ser expressas numa fórmula matemática precisa, mas se a fonte do conhecimento destas relações está nas leis objectivas da natureza ou nas propriedades do nosso espírito, na sua faculdade de conhecer determinadas verdades a priori, etc. Está aqui o que separa sempre os materialistas Feurbach, Marx e Engels dos agnósticos Avenarius e Mach (discípulos de Hume)." (LÊNIN, 1986, p.15)

Sendo assim, o autor nega os elementos da crítica para evidenciar a sua pertinência e, ainda, demonstra os termos necessários para a mediação de que reclama o Ser acima apontado.

Fácil seria, então, apontar os limites da ciência geográfica. *"É preciso uma noção que coloque, francamente, os processos sociais de produção, na sua historicidade. (...) ir em direção a uma concepção da produção do espaço², que exija mais do que a lógica formal."* (DAMIANI, 2004, p.84). Difícil é assumir a discussão metodológica, *"a discussão de procedimentos. Por mais que um formalismo metodológico seja perigoso, vale a pena nadar contra a corrente."* (GRESPLAN, 2005, p.300). Os recortes epistemológicos dependem da valoração e orientações atribuídas por diferentes pesquisadores. Contudo, *"O método filosófico e científico se incumbiu de esclarecer esta tarefa duríssima, qual seja, a de ter consciência não somente do real, mas do modo como se aproxima o conhecimento do objeto passível de ser conhecido"*.

(ALFREDO, 2000, p.2).

Mas, como pensar os novos atributos da pesquisa, sem mais uma vez investir na relação sujeito-objeto? *"O problema poderia ser colocado nos seguintes termos: como é possível que duas coisas heterogêneas, como são as categorias, por um lado, e os fenômenos, por outro, possam ligar-se entre si? Em outras palavras, qual o elemento intermediário existente entre os conceitos e a realidade?"*. (ROHDEN, 1980, p.XII). Trata-se aqui da questão relativa ao sujeito e ao objeto e à procura do terceiro termo como elemento mediador, mas sob esta análise retornaríamos aos postulados do kantismo. O que estaria colocado como uma nova redefinição da ciência? Seria assumir esta mesma relação que de certa forma nega, no percurso, uma total passividade do sujeito para com as atribuições do real e isto como definição desta nova relação sujeito-objeto em que a subjetividade experienciada se manifestaria como hipótese, teoria, mais do que formulações acabadas, etc. nesta mesma realidade pesquisada. Manifestar-se-ia como objetividade efetiva. Como negar isto? Como negar as possíveis aparições de um conhecimento cumulativo na realidade em estudo? Aqui em contraponto a uma ligeira ligação da subjetividade com elementos intuitivos, ao contrário desta pressuposição que, por princípio, revela-se como pressuposição falsa, o cumulativo como condição necessária, pois que a manifestação revela-se do ser consciente e, nesse sentido, revela-se como negação à intuição imediata em que na primeira aproximação do objeto de pesquisa sente-se obrigado às supostas conceituações, ao ponto de a aparência do ser, confundir-se com o conhecer desta mesma essência, essência que exigiria níveis de mediação para além da identidade sujeito-objeto. Esta subjetiva experiência de um ser consciente que se manifesta como conhecer na pesquisa, significa, nos termos de uma análise dialética materialista que: *"A consciência ela não pode ser nunca outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é seu processo de vida real."* (MARX, 1978, p.26). Nesse caso, o processo o qual afirma o autor relaciona-se de modo cabal às condições histórico-sociais em que é possível pensar sobre o ser consciente, de modo que, distanciam-se das

formulações desvinculadas do real e das possíveis afirmações generalizadas, fantasmagóricas e místicas da realidade. Questionar isso é pensar que para a pesquisa e, mais do que isto, para a ciência, seja ela geográfica e afins, os caminhos metodológicos estarão sempre sob novas formulações. E que a cada pesquisa os procedimentos e análises estarão a todo instante em evidência no sentido de uma suspensão analítica, mas, ao mesmo tempo, potencialmente postos, para posteriores afirmações. Num contexto em que as aquisições e descobertas não antecedam e tornem-se uma aporia diante do próprio objeto de pesquisa. De modo que a compreensão da pesquisa e percursos sejam como os conceitos pacientemente afirmados e mesmo quando feitos, far-se-á tanto em relação às categorias, como ao método - ambos síntese - com um certo grau de relatividade. Isto deve-se ao fato de que, algum nível nos é espontâneo no sentido de que existe algo na relação subjetiva realizando-se como realidade objetiva em que não dominamos e esse momento é o que vai nos aproximando da descoberta do objeto pesquisado. O domínio completo desse momento - dos momentos da pesquisa de maneira apriorística - reafirmaria uma atitude diante da pesquisa com teorias prontas, hipóteses consolidadas, percursos definidos, do tempo das coisas definido *a priori*, reafirmaria algo do conteúdo do *empirismo lógico* (SILVA, 1980) e nos negaria o momento do inusitado, de pensarmos sobre a complexidade do real contraditório e historicamente determinado, nos inúmeros documentos, nas crises sociais, no contexto dos eventos, dificuldades inerentes à pesquisa como momentos da descoberta e da formação do pesquisador.

“Seja como for, tanto aqueles que querem transformar a História numa Ciência, quanto aqueles outros que pretendem convertê-la numa narração de fatos verídicos, estão procurando desligar a História da história, na esperança de repetir aquele processo que separou as Ciências naturais da natureza. A história como totalização seria apenas uma das muitas ilusões que o século XIX nos teria legado, tentativa fracassada de aplicar na rede intrigante dos atos humanos

uma racionalidade a priori, deixando escapar o inesperado por seus dedos artríticos.” (GIANNOTTI, 1983, p.322)

O autor está a pensar sobre a teoria da história, contudo, enfatiza a dificuldade enfrentada por esta e o risco de deixar pelo caminho - *deixar escapar* - aquilo que não dominamos por completo e que nos aparece no meio de uma travessia, ou seja, o *inesperado*. O sentido das afirmações demoradas também nos leva a pensar níveis de apreensões e pensar esses níveis é, mais uma vez, nos reportar à atitude, à relatividade das afirmações, às novas formulações, sempre.

“De algum modo, portanto, o método pode ser totalmente determinado pela teoria, embora o seja em certo grau. Mas é preciso recolocar toda a questão no quadro da redefinição de fronteiras e tarefas, cujos sintomas percebemos com a emergência dos novos objetos. Manter-se nos termos da recusa radical à neutralidade metodológica conduz fundamentalmente a concepções aporéticas como a da impossibilidade de comparar teorias, de admitir seu diálogo crítico, de reconhecer qualquer terreno comum entre elas e seus respectivos objetos.” (GRESPLAN, 2005, p.297)

As considerações do autor sobre a crítica à neutralidade metodológica retoma também a questão da parcialidade imposta inicialmente no século XVIII como gênese das *ciências naturais*.

A pesquisa, então, nesse contexto, revela-se como síntese de um tempo consolidado, constituído demoradamente, de um conhecimento cumulativo que se manifesta mediante às dificuldades impostas de uma construção crítica dos processos sociais e da possibilidade desses momentos de formação permanecerem como síntese no/do presente e é isto o que pode manifestar-se como formação e níveis de espontaneidade.

Esse contexto pode ser pensado como condições objetivas, por exemplo no percurso de um pesquisador, em que, além de uma história cumulativa - da pesquisa e formação - evidencia o sentido da pesquisa quando essa salta como síntese dos momentos acima apontados:

"São apenas dois minutos de caminhada - disse-me uma moça bonita que vendia frutas num pequeno quiosque perto da estação de Greenwich. No semáforo, ali adiante vire à direita. Dali você já verá o Museu Nacional Marítimo..."

"...Eu estava ali por isso, à procura de indícios dessa travessia, interessado na história de dois barcos a vapor que, entre o último quarto do século XIX e o primeiro quarto do século XX, haviam sido empregados no tráfico de imigrantes para os países do Atlântico Sul, especialmente para o Brasil: o vapor italiano Europa e o vapor Aquitaine, cenário de vida e de histórias de que somos herdeiros.

"...Se o fim do tráfico negreiro afetou profundamente os proprietários de navios negreiros, a imigração européia para substituir os escravos abriu um novo campo nos negócios marítimos, o das passagens de terceira classe vendidas aos próprios imigrantes ou, principalmente, vendidas ao governo da província de São Paulo, depois, para transporte dos trabalhadores e suas famílias..."

"...Há, ainda, evidências indiretas (...). Todos vinham de uma mesma localidade na Itália (...). A repetição nas lápides dos cemitérios dessas localidades e nas listas telefônicas atuais, dos mesmos sobrenomes encontrados na lista dos colonos que vieram para São Paulo, sugere parentescos sólidos e seculares. Um rápido exame nos livros de assentamento da paróquia da Cappella Maggiore indica logo esses vínculos, como tive oportunidade de constatar há alguns anos..."

"...Uma segunda evidência é a do imediato descontentamento dos colonos chegados a São Caetano: eles imaginavam que ao embarcar em

Gênova estavam sendo enviados a Santa Catarina, onde tinham parentes..."

"...Uma terceira (...) é a carta que Giacomo Garbelotto escreveu de São Caetano a um parente em Cappella Maggiore, a 14 de fevereiro de 1889..." *"...Uma quarta (...) é a de duas únicas peças remanescentes da viagem em 1960..."*

"...É um equívoco supor que os que participaram da emigração em massa nas décadas finais do século XIX sabiam precisamente para onde iam, especialmente os que eram recrutados pelos agentes do governo brasileiro..."

"(...) Ao chegar ao porto o imigrante caía numa teia de interesses e negócios..." *"...Terminei a minha busca no segundo dia, no começo da tarde quente da terça-feira de Primavera. Ainda encontrei na vereda do parque os grupos de turistas que chegavam para a exposição dos salvados do Titanic..."*. (MARTINS, 1995, p.4-11)

Ao evidenciar a trajetória do autor, observa-se como aos poucos, na exposição, revela-se a apropriação da pesquisa e, ainda, do método, com recuos e progressões do caminhar do ser particular para o universal. Tem-se aqui a contribuição de trazer-nos à luz a história local ou mais precisamente, a *pequena história*, como diria Braudel, o contexto histórico-social na transição do século XIX para o XX, a incorporação dos elementos presentes na familiaridade da realidade objetiva descrita, a relatividade das afirmações sobre as condições a que estiveram submetidos esses trabalhadores. E, ainda, como se dá, paulatinamente, a introdução dos conceitos e aquisições, discutindo analiticamente as evidências e os indícios, como momentos que, posteriormente ao concluir os realiza, ao mesmo tempo, a pesquisa como totalidade do processo social e fica-nos evidente que o processo de pesquisa, está a exigir a humildade do pesquisador, assim como também a *paciência do conceito* nos termos do Lebrun, herança hegeliana, como ainda, a paciência do conhecimento especulativo, (GIANNOTTI, 1997).

1. 1. INVENTÁRIOS E ESCRITURAS: CAMINHOS IMPORTANTES PARA A COMPREENSÃO DAS CIDADES. O CASO DA CIDADE DE FORTALEZA.

Franz Neumann (1943) descreve a influência do povo judeu no processo de urbanização das grandes cidades, bem como a sua importância no comércio e nos serviços de transporte. NEUMANN identifica os judeus como proprietários da maioria dos grandes armazéns, com o controle de 18,7% dos bancos, da indústria de vestuário e, mais, com 57,3% da indústria metalúrgica. Predomínio tal concorria com a pressão dos grandes monopólios, aqui, com os das indústrias metalúrgicas e ainda em relação aos bancos, neste caso, o capital financeiro perdia espaço para o capital industrial. Mas, Franz Neumann descreve também as denominadas leis de Nuremberg de 15 de setembro de 1935 e como estas redefinem paulatinamente a vida judaica na medida em que se ligam diretamente a um banimento da propriedade judia:

"La eliminación de los judíos de la vida económica se llevó a cabo de tres maneras distintas: contractual, ilegal y legalmente. La eliminación 'legal' tomó la forma de ventas forzosas, especialmente de pequeños negocios judíos, qui satisficieron los apetitos de los funcionarios nacional-socialistas y de los pequeños competidores arios. Uno de los métodos empleados fué la entrega forzosa de la parte poseída por un judío en un negocio a su consocio ario;..." (NEUMANN, 1943, p.142)

Isto possibilitou a consolidação das grandes empresas, a territorialização do capital monopolista, pois objetivavam aumentar suas posses comprando parte - bens³ - dos proprietários judeus, o que veio a consolidar a expansão do capital industrial nacional alemão, reunindo o domínio do capital como industrial e financeiro. Contudo, a pressão sofrida comprometia outros níveis da vida social judaica.

A modificação do código industrial, mediante a lei de 6/julho/1938, impossibilita os judeus de obter licenças em profissões como:

vigilantes, agentes de informação e investigação, agentes de vendas de propriedades de imóveis, administradores de propriedades de imóveis, etc. Com a ordenança de 26/abril/1938 a total exclusão da vida econômica judaica inicia-se legalmente, a qual obrigava os judeus a: '*registrar y declarar el valor total de sus propiedades en el país y en el extranjero*'. (NEUMANN, 1943, p.144). Também os proibia de adquirir ou de arrendar qualquer empresa industrial, agrícola ou florestal, qualquer negócio novo sem permissão. E, ainda, os obrigava a fazer a declaração de seus bens. "*El hecho de que ya en abril de 1938 se ordenase hacer un inventario de las propiedades judías...*" (NEUMANN, 1943, p.-144-145). Em 1939, sob novas ordenanças, era autorizado a dispensa dos judeus das fábricas e a expulsão destes das gerências e cooperativas. Havia principalmente a precaução de que a liquidação forçosa dos negócios judeus não caísse nas mãos dos proprietários judeus. Enfim, o decreto de 3/dez/1938 autorizava o governo a ordenar que os judeus vendessem suas propriedades agrícolas ou florestais e imóveis dentro do prazo fixado:

"...Prohibía a los judíos adquirir por compra o subasta tales propiedades. Tampoco podían disponer de seus propiedades sin permiso especial; no podían hipotecarlas. Esta disposición fué interpretada én término tan latos que, al final, los judíos acabaron por no tener ninguna seguridad para sus derechos. Por exemplo, un judío beneficiario de un testamento no podía asegurar su derecho a un propiedad inmueble hipotecándola. Se les negó también la protección jurídica (...) obligó a los judíos a depositar todas sus acciones y obligaciones en un banco reconocido. No se podía disponer de ellas sin permiso especial del ministro de Economía del Reich. Se les obligó también a entregar todo el oro, platino, plata, joyas y objetos semejantes a agencias vendedoras especiales establecidas por el Reich. (Ordenanza ejecutiva de 21 de febrero de 1939.) El gobierno fijó la base de la tasación. (...) Naturalmente, las disposiciones que establecieron el impuesto formaron un todo sistemático con las ulteriores. La liquidación de los negocios de judíos, se apresuró por la necesidad de pagar el tributo; el valor de las propiedades judías se depreció y muchas fueron simplemente incautadas." (NEUMANN, 1943, pp.-145-146)

O autor ressalta, ainda, que o procedimento legal adotado para a desvinculação judaica total da vida econômica-social liga-se às razões estritamente econômicas, pois uma expropriação, desde o começo, das propriedades judias teria interferido na vida econômica do país. Este fato contribui a pensar que o processo de acumulação impõe-se com uma lógica interna a controlar o processo financeiro e, assim sendo, as crises, de forma a impedir rupturas como manutenção do processo, mas as descontinuidades vão se estabelecer historicamente.

Enfim, a legislação econômica contra os judeus seguiu as mesmas condições da expropriação da propriedade eclesiástica inglesa com Enrique VIII e com a Revolução francesa, na medida em que, como uma nova etapa econômica, redistribui esta mesma **propriedade entre os estratos** da população cujo apoio é fundamental para o regime, pois mantém a propriedade entre os capitalistas financeiros e industriais (NEUMANN, 1943).

Esse processo social evidencia momentos importantes do sentido atribuído aos bens, propriedades judaicas. Sentido que confere uma total alienação da vida social dos mesmos e que guarda para si a redefinição dos negócios mobiliários como uma primeira etapa de fortalecimento de um regime. A criação de leis específicas para o controle destes mesmos bens imobiliza os negócios judeus; possibilita uma acumulação mobiliária para o estado assegurando, posteriormente, futuras mobilizações, e com isso, negócios financeiros e industriais. De modo que, com as características de uma pilhagem violenta, passa-se à entrega obrigatória destes bens, isto sob a forma legal da declaração, na condição de inventariantes, na forma do contrato e mesmo na da ilegalidade. A entrega obrigatória dos bens familiares, como ouro, jóias e objetos semelhantes retira a possibilidade de, como patrimônio familiar, mobilizá-los na condição de dinheiro, pois serviriam como pagamento de dívidas, como caução, potencialmente dinheiro

na forma de objeto. Realizariam como meios de circulação os termos da mobilização da propriedade, como propriedade judia. Mas, por outro lado, contém, enquanto bens transferidos para o governo, esta mesma possibilidade de potencializar a acumulação de riqueza via ações, ouro, imóveis, etc. reunidos potencialmente para posteriores mobilizações espaciais e financeiras. Estes bens participam da composição do processo de acumulação como transferências de rendas, atualização industrial e financeira, na redefinição dos patrimônios para formação de novos.

Qual o sentido de se pensar esses momentos em que se torna condição necessária mobilizar bens - mobiliários e imobiliários - para assegurar receitas, formar patrimônios, etc. Neste caso, não somente foi possível acumular um patrimônio de ações, propriedades, imóveis, mas, contudo, eliminar do mercado os negociantes proprietários judeus e inserir novos, ao investir numa nova fase de valorização com o confisco destes mesmos bens. Trata-se também de uma economia de guerra, em que a acumulação deve gerar a possibilidade de uma capacidade bélica conquistadora a permitir a Alemanha participar da partilha do mundo, ou seja, de uma preparação Alemã para a segunda guerra mundial. A invasão da Polônia é o momento que sintetiza esta possibilidade. (KENNEDY, 1998). Processos que podem ser analisados ao longo da história da constituição das cidades, por exemplo, através do processo de urbanização, da territorialização do capital, da formação dos territórios, e, mais do que isto, da formação do estado nação. Poder-se-ia, numa pequena digressão, contextualizar o caso francês. Lukács (1959) e Neumann (1943) discutem a questão da Revolução francesa ambos, sob aspectos diferentes, o primeiro a partir das mudanças sociais do XVIII para o XIX, pontuando as diferenças teóricas em relação ao método. Já o segundo evidencia a semelhança da transferência da propriedade como processo de expropriação. Retomaria, então, momentos anteriores à Revolução francesa segundo as contribuições de Henri Lefebvre (1963) em que para a formação do patrimônio dinheiro e a do

estado nação, estava colocado como definidora dessa formação a criação de impostos e a realização dos mesmos com as possíveis mobilizações de bens, tanto móveis, como imobiliários. A ausência de pagamento dos impostos, assim como também a entrega espontânea dos bens para legalizar as derramas em atraso, legitimaria uma atuação do estado sob a forma da ordenança, confisco individual, prisões, etc. Fato que recairia numa alienação da vida social da população nas vilas e províncias francesas como manutenção desses mesmos patrimônios que se formam de modo que a Revolução francesa aparece como o final desta formação, momento em que estão colocadas as crises destas transformações sociais, como contradições histórico-espaciais.

"... La Révolution, si importante que soit son oeuvre, n'a donc la continuité historique; si la grande propriété a été atteinte par le morcellement de nombreuses fermes ecclésiastique, elle n'a pas disparu; la noblesse a conservé une part notable de ses domaines et sa richesse foncière a été restreinte, en certaines régions, moins par les ventes nationales que par les aliénations volontaires; le grande propriété bourgeoise, définitivement constituée, a compensé, et au-delà, les pertes subies par la noblesse. Et d'autre part, le nombre des journaliers sans propriété est demeuré important ou n'a pas diminué beaucoup. La crise agraire a été plus ou moins atténuée; mais elle n'a pas été résolue." (LEFEBVRE, 1963, p.333)

Georges Lefebvre discute a Revolução francesa aqui do ponto de vista da venda dos bens nacionais como mobilização e alienação destes mesmos bens, tanto imóveis como mobiliários a partir da criação dos decretos de 13 de setembro de 1793; de 14 de maio de 1790 que se estendeu até 1794 como três períodos de vendas. Esta mobilização se dá sob a forma da especulação destes mesmos bens; conflitos coletivos, com depreciações financeiras, em que a terra muitas vezes é vendida abaixo do preço corrente, etc. O mais importante em sua análise é que consegue pensar, em termos de região francesa, como se

dá esta mobilização espacial em cada situação e distrito, ou seja, na particularidade social de cada lugar na qual expõe tanto os compradores como também as especulações entorno destes bens e, assim, os conflitos coletivos destas comunidades. De modo que pontua a influência das diversas classes: dos rurais; eclesiásticos, camponeses, proletariado, etc. Sendo que em algumas regiões os rurais chegaram a comprar entorno de 73% dos bens vendidos no distrito.

"Comme on peut pressentir quand on connaît la répartition de la propriété et des exploitations en 1789, le trait le plus curieux que les études relatives à la vente des biens nationaux commencent à mettre en lumière, c'est la diversité géographique. On savait depuis longtemps que les villes, même petites comme Vire (...), avaient, tout autour d'elles, rendu plus difficiles et plus rares les achats des paysans. On commence à voir que l'état de division de la propriété ecclésiastique et noble a exercé aussi une grande action sur les ventes. En fait, on a surtout soumissionné par exploitation; or, beaucoup de propriétaires louaient séparément, pièce par pièce, une part au moins de leurs terres; c'était notamment le cas des curés et des fabriques et c'est pourquoi leurs biens ont été particulièrement recherchés par les paysans. En sens inverse, les grandes fermes leur ont échappé, par exemple en Flandre; ils n'ont pu se partager un certain nombre d'entre elles, dans le Cambrésis, que par une action collective." (LEFEBVRE, 1963, p.323)

A depreciação como desvalorização para a venda de alguns bens, por exemplo da terra, liga-se também ao contexto da própria Revolução em que ocorreu, ao mesmo tempo, a depreciação do papel moeda fato que chega a influenciar na venda em alguns distritos, mas não é um dos fatores determinantes, nos diz o autor, é o que poderia se esperar. O autor diferencia os bens rurais dos urbanos para retomar o debate mais amplo de que o Estado beneficiaria a classe burguesa e enfatiza que, para os camponeses, o interesse não estaria voltado aos bens urbanos e sim para a terra, de onde retirariam sua subsistência. Como esta

apropriação da terra não alcançou integralmente esta classe, então, a questão que se coloca é a de pensar que a Revolução necessitaria redefinir esse núcleo central, ou seja, a terra, como crise agrária posta, de modo que possibilitou a exposição desta crise; das formas de exploração da renda, por exemplo, a meiação; uma mudança em números percentuais de diminuições e acréscimos das propriedades com a inserção de um outro tipo de proprietário, o proletariado, ocorrendo uma mobilização com a divisão da propriedade, mas não se criou a possibilidade de uma transformação agrária.

Em vários momentos e lugares, a formação - no caso do Brasil - e a reprodução - no caso Alemão - de uma riqueza monetária vem significar uma mudança dos padrões de acumulação - no Brasil, agrário comercial, - para a comercialização de produtos europeus nas cidades, pois trata-se de um novo padrão de trocas, mas como atualização destas antigas formas de acumulação de capital. Contudo, como novo padrão de relações comerciais de forma a sustentar o processo de acumulação como processo contínuo.

Já para o caso da Alemanha, trata-se de uma mudança - atualização técnica e social - de um capitalismo atrasado, industrial, comercial e camponês, ao mesmo tempo, para um contexto capitalista imperial. Então, estes momentos congregam a necessidade de uma mobilização de riqueza patrimonial móvel e imóvel já formada e em formação como produção e reprodução das relações sociais de produção.

Na França, por exemplo, as condições históricas antes e posteriores à Revolução evidenciam a desvalorização dos títulos que determinavam pagamentos às comunidades pobres, o crescimento das rendas, a renovação de ordenanças e novos acordos impostos, envolvendo o uso das terras comuns, ocorre assim, uma redefinição dos costumes e consolidam-se os direitos, primeiramente os costumeiros (substituem o costume) que, aos poucos, conflituam com a positividade da lei - direito positivo, segundo Lefebvre (1963).

“Il est remarquable que les procès et jugements se multiplient aux XVII et XVIII siècles. La situation devient inextricable à tel point, que les juristes spécialisés de l'époque renoncent à la comprendre. Comment en effet, auraient-ils compris la contradiction interne de cette situation: des rapports nouveaux de propriété se formant dans des rapports antérieurs, mûrissant en eux, mais en conflit avec eux? On sait que cette contradiction devait être résolue et tranchée par la Révolution de 1789, et par la promulgation d'un code fondé sur la propriété privée absolue, hors de la coutume et des droits communautaires.

Cependant, cette promulgation n'a pas résolu toutes les difficultés puisque les procès continuent jusqu'à nos jours, comme le montre un texte récent, paru dans les 'Juris-Classeurs'.

Nous arrivons ici à serrer de plus près la notion d'une reféodalisation des rapports pendant ces siècles. Cette reféodalisation ne peut se comprendre, en France, et dans le cas qui nous occupe, sans comprendre les rapports non-féodaux que contenait cette forme, rapports d'une part antérieurs à la féodalité (venus de la communauté et de la coutume) et d'autre part postérieurs à la féodalité (rente foncière, propriété, location, ventes sans entraves, etc...).” (LEFEBVRE, 1963, p.108)

O contexto em que foi necessário a criação de leis e decretos para a constituição de impostos, como uma das formas de suprir a ausência de moeda e, ao mesmo tempo, realizar-se como meio de circulação, moeda para a formação do patrimônio dinheiro pode ser pensado para o caso do Brasil no século XVIII e, mais acentuadamente, no dezenove em que se assegura, nos impostos, a possibilidade de manutenção do Estado que se forma. Isto pode ser observado nos contratos aduaneiros, por exemplo, o de 18424, contratos que se estenderam até o ano de 1852 e também na obrigatoriedade da declaração das propriedades via inventários, dentre outras formas, em que o que estava colocado como seguridade, e, portanto, retorno monetário, eram as receitas

apreendidas a partir das garantias das rendas aduaneiras do País. Momento em que teve importância a incorporação das cidades litorâneas brasileiras como mantenedoras destas relações comerciais mundializadas. A exemplificação dessas condições concretas estaria presente na permanência da família real no Brasil e, isto, tanto em relação às derramas como, ainda, em relação ao confisco dos bens imobiliários e mobiliários. No caso do confisco de bens no Brasil pode ser observado, como caso particular, durante o levante dos inconfidentes mineiros no século XVIII, em que os seus bens foram apreendidos, levante que se originou tendo como um dos motivos a sua contraposição ao aumento das derramas. Os bens apreendidos eram constituídos de móveis, semoventes e imóveis. Permanece a crítica por parte dos pesquisadores ao laconismo dos autos de seqüestro em relação ao fornecimento dos detalhes desses bens.

“Os sequestros dos bens dos Inconfidentes não mencionam o número, nem a distribuição das peças de suas ‘moradas de casas’, urbanas ou rurais. Faltam igualmente, no momento, dados sobre as plantas de qualquer das casas onde se encontravam os móveis sequestrados. Torna-se, pois, impraticável a apuração segura da sua disposição nas diversas residências.” (DIAS, 1939, p.169)

Noutro sentido e situação, quando da saída da família real do Brasil, a cobrança feita pela mesma dos bens deixados na cidade do Rio de Janeiro. São exemplos particulares, mas que localizam o significado da mobilização para constituição dos negócios com bens, como participantes de um processo de valorização que têm como pressuposto uma acumulação dos patrimônios mobiliário e dinheiro, como acumulação originária, mas que se dá a partir da mobilização também do imobiliário.

Desta forma, se, por um lado, exigia-se a plena realização do pagamento dos impostos, por outro, as condições desta constituição eram ilimitadas, pois a obrigatoriedade da declaração dos bens na forma de inventário realizava-se

duplamente como imposto declarado junto à Coroa portuguesa e como mobilização desses para formação de patrimônios. Assim, os objetos participam do processo de mobilização na sua função específica de medida de valor diante da escassez da moeda, realizam-se como meio de circulação, circulam como objetos e ajustam-se às funções de lastros financeiros ao realizarem a objetividade da *forma social*. Isto pode ser observado:

“Observe-se que já então nos encontramos no limiar do século XVII e às vésperas do ciclo de ouro. Até essa época a escassez de numerário reflete-se em tôdas as atividades dos habitantes, inclusive nos negócios da própria administração, chegando a Câmara a satisfazer, ‘in natura’, seus compromissos imediatos. Carnes, galinhas, panos de algodão, são a moeda corrente do tempo. (...) a vida é cara apesar do baixíssimo padrão. ‘Basta dizer que uma missa custa 7 frangos’.” (MACHADO, 1943, p.11)

Caberia esclarecer aqui que a idéia de se pensar as condições em que foram necessárias para a criação de leis, expropriações, etc. para a formação dos patrimônios a partir de uma riqueza patrimonial familiar já formada ou simplesmente na mobilização de pequenos objetos familiares com transferências desses mesmos patrimônios para outros setores sociais, por exemplo, para o Estado, etc. diferencia-se de se pensar esses mesmos bens na sua estrita dialética interna, ou seja, o movimento desses objetos em si, como movimento das coisas. Essa diferença torna-se necessária porque a análise do processo de acumulação pelos patrimônios exige a compreensão dos momentos desta formação e essa realiza-se num movimento de *longa duração* nos termos de Braudel (1966). Digamos que Lukács (1959) nos ajuda a pensar esta questão com base na crítica aos materialistas franceses na idéia de que o movimento dialético das coisas por si mesmo retira a possibilidade de compreensão das condições históricas concretas. Diria ainda como condições históricas concretas de valorização espacial na mobilização

desse mesmos bens - na sua forma de objetos e papéis - como momentos reveladores da totalidade social, momentos tão bem pensado por Lefebvre (1967) nos *prolegômenos*.

Nesse contexto, a idéia aqui é expor como foi pensado um movimento do processo de acumulação potencialmente posto no século XIX, mas como acumulação da riqueza urbana, patrimônio. Esse simultaneamente representado com a criação de mapas cartográficos à medida em que se acompanhava essa produção espacial da vila, da cidade. (SILVA, 2005). Contudo, a exposição far-se-á da maneira como foi analisada a documentação na pesquisa, ou seja, centralizar a discussão nas possibilidades de análise de uma documentação específica inventariada e escriturada para a compreensão da produção espacial da cidade. Isto coloca como questão pensar os conteúdos sociais desta mesma documentação como esclarecedores para análise das cidades brasileiras, no caso aqui, Fortaleza. E isto é apontado pelo fato de que na análise dessa mesma documentação foi necessário fazer algumas incursões às contribuições da história, visto que, a geografia não tinha estudos analíticos com base nessa mesma documentação. Esta ausência colocou a possibilidade da discussão a seguir:

Alcântara Machado analisou as mudanças sociais a partir dos inventários, talvez a primeira pesquisa em inventários no Brasil. O autor discute como os inventários passam a refletir esse novo padrão de vida social da São Paulo seiscentista a partir destas mesmas mudanças na sociedade:

“Aumentavam os objetos de uso doméstico nos espólios, aparecem moedas de prata, baixelas, ouro em barra ou em pó, prédios de ‘dois lanços’ nos sítios e na cidade, escravos ‘de guiné’. Ao mesmo tempo escasseiam as referências a mantimentos e plantações...” (MACHADO, 1943, p.12)

Como movimento inverso, seria pensar agora qual o significado desses autos para a geografia. A idéia é fazer um movimento, como

já foi mencionado, da potencialidade desses documentos para o estudo das cidades. Que elementos estariam presentes que tornam possível esse percurso? Mais do que os resultados desse processo, objetiva-se aqui fazer com que o processo de pesquisa possa ser acompanhado como momento de aquisição, de descobertas, com base nesta mesma documentação. Contudo, as apreciações sobre os conteúdos sociais dos inventários e escrituras serão feitas, de modo que estas inferências signifique uma atitude do pesquisador diante da pesquisa realizada diante dos fenômenos postos e pressupostos.

Pois bem, a primeira questão é distanciar-se da noção quantitativa na análise documental, isto vale para qualquer tipo de documento histórico, ou seja, é muito comum encontrar nas pesquisas e, aqui, a referência liga-se diretamente à exposição de pesquisas em que essa questão tem mais relevância do que o processo de aquisição. Tornou-se comum, por exemplo expor que *“a pesquisa resultou de quatro mil documentos, foi em cima de três mil documentos...” ad nauseam*, pode ser até um milhão de documentos, como se esse resultado em si desse conta da explicação do processo social, isto, penso, não contribui para compreensão da produção social das cidades. O momento da quantificação, mais do que um resultado, está presente nos anteriores, como também pressuposto, isto significa dizer que acompanha a pesquisa como totalidade do processo. Assim, quantidade e qualidade aparecem como imanentes à pesquisa e quando há separação dos termos se dá mediante a compreensão analítica desta separação, como suspensão, mas em potencial, *suváuel*, nos termos de Marx (1972).

Uma outra etapa na análise desses documentos diz respeito à criação de índices próprios a partir do recorte epistemológico e dos conteúdos pesquisados. Se no caso de uma preocupação com os montantes descritos a organização requer a discriminação de cada valor em particular de modo que, posteriormente, contribua para uma possível

soma como formação do valor *mór*. Esta organização pode ser feita seguida dos períodos e de acordo com cada ano em particular. A idéia é a exploração dos documentos em todas as suas dimensões, embora se saiba que *"a tarefa da ciência não consiste apenas na explicação do fenômeno mas ainda em procurar fundir esses vários planos para descobrir novos espaços, cujo número de dimensões nunca se define para sempre."* (GIANNOTTI, 1975, p.40). É importante pensar essa compreensão como correspondente ao método científico e seria um erro reduzi-la a uma determinada ciência, a questão está colocada para se pensar os caminhos metodológicos como possibilidade, sempre. Esse esclarecimento tem como ponto de partida a compreensão do estudo feito dessa documentação pelas ciências históricas e econômicas e pôde-se observar que muito se priorizou a análise pelos montantes (valores) maiores e isto de certa forma deixa de lado categorias importantes para a geografia, por exemplo, o sentido da produção do espaço a envolver categorias e momentos numa outra dimensão geográfica, como atributos da vivência dos moradores, por exemplo, quando da escolha do tipo de inventário que será analisado. É comum a preferência pelos inventários de maiores montantes, de negociantes que se destacaram nos negócios econômicos nas cidades, esta compreensão é importante como um nível da análise. Somente esta escolha - como único nível - permite que se deixe de lado aqueles inventários que foram constituídos muitas vezes por obrigação da declaração dos bens e ainda por desavenças familiares e não necessariamente por significar uma riqueza patrimonial de propriedades, de valor mobiliário e mobilizações. Esses inventários guardam aquelas informações menores sobre a cidade: dos moradores que vivem dos pequenos rendimentos dos quartos alugados desmembrados da própria moradia e não necessariamente das transferências de rendas do campo para a cidade; das vendas à porta aberta nestas mesmas moradias e na incorporação das calçadas para a exposição dos produtos da venda; dos pequenos serviços de

carpintaria; nos imóveis alugados; do trabalho agrícola nas pequenas roças no entorno da vila; do pagamento das rendas em espécies nos terrenos aforados à igreja e aos proprietários-negociantes; daqueles moradores que nos exigem muito tempo a pensar porque será que ele inventariou? Muitas vezes os bens descritos estão compostos de um pedaço de papel em que se declara dever na venda do seu José: açúcar e remédios comprados no dia tal, faz-se, então a declaração destas pequenas dívidas, etc. São conteúdos destas mesmas relações sociais que se formam na cidade, que a produzem sob outras dimensões. Então, essas pequenas declarações revelam uma textura muito fina da sociedade da época, de uma sociedade que já era a de trocas, mas com o patrimônio dinheiro ainda em formação. Por conseguinte, nos de montantes maiores, estas informações não estão presentes, pois são outros níveis de relações sociais.

O contexto destes pequenos inventários é algo enriquecedor para a análise das cidades, pois estão postos no plano das relações sociais de reprodução destes moradores, na dimensão do vivido. Contêm informações muitas vezes ausentes noutros documentos historiográficos. E isto se pensado para o caso brasileiro tem uma importância singular, pois as pesquisas no Brasil nascem com a criação dos Institutos Históricos Geográficos (1828)⁵, estes antecipam-se à criação das universidades (1934) o que coloca a nível de compreensão destas relações sociais diferentes elementos de análise, mas essa textura fina não vai estar presente. Até então, tem-se as atribuições dos viajantes e as descrições dos romancistas, autores de época, das províncias e vilas, fontes datadas, para isto as contribuições desses últimos em muitos se destacam, contudo, são análises que merecem estudos e complementos a partir das compreensões científicas. Isto não significa dizer que os documentos cartoriais estejam prontos, estes têm conteúdos sociais que se diferenciam e mais diretamente nos aproximam da análise das cidades.

Nesse sentido, pontuemos uma série de outros elementos que aparecem nos inventários e escrituras que contribuiriam com a análise geográfica: um primeiro momento diria, talvez um dos mais preciosos, é o momento da descrição, essa minúcia que se faz tanto em relação aos imóveis, como aos bens: ouro, mobiliário, etc. permite a compreensão detalhada de elementos que estão diretamente ligados à produção da cidade, como as demarcações e limites, as áreas espacialmente produzidas e em potencial, proprietários, preços, moradores, etc. Para a declaração destas informações faz-se necessário uma diferenciação entre os documentos escriturados e inventariados, ambos apresentam conteúdos parecidos, contudo, com as devidas diferenças para o contexto histórico-espacial das cidades e isto pode ser evidenciado para a descrição. Para o caso das escrituras cartoriais, estas envolvem a compra, venda, hipoteca, transferência de bens, etc. as descrições nessas são mais longas na medida em que dizem respeito a um número menor de bens, às vezes, escritura-se apenas um imóvel, uma casa, por exemplo, então, é possível observar o movimento do imóvel e com isso, ao mesmo tempo, acompanhar a produção espacial da cidade na mobilização desse imóvel. Os detalhes dos imóveis, limites, condições de conservação e construção, tamanho, localização, pertencimento, os antigos e novos proprietários e às vezes a escritura traz inclusive, a localização da vizinhança, um pouco do contexto a escritura guarda. Se sítio, destacam-se as benfeitorias, os desmembramentos, a venda em pequenas parcelas, a localização, a produção, os trabalhadores, etc. Compõem pequenas informações da história social do imóvel e das relações sociais constituídas nas cidades. A exemplo da hipoteca:

“Prorrogação de prazo de hypotheca. Ao Banco. (127:000\$000) para o fim de levarem a efeito a construção dos prédios sítos à Pça do Ferreira 42 2 44 e 226, 228, 230, 234, 236 e 236 antigos, de propriedade deles outorgantes a dívida vai para (157:000\$000). Os prédios 230, 232, 234, 236 e 236 desapropriados amigavelmente pela Prefeitura

de Fortaleza, para o fim do prolongamento da rua Liberato Barroso, sobrados estes que têm os nos. 716 e 722 pela rua Floriano Peixoto. Construíram em seguida na rua recentemente feita pela Prefeitura Municipal. Como garantia hipotecária os prédios 682, 690, 692, 696 e 700 Floriano Peixoto e à Praça do Ferreira nos. 184, 187, 189 e 193. Gravados com o 1a. hipoteca de 127:000\$000, em favor do Banco incluindo na garantia a ser prestada de novos prédios de construção à rua Liberato Barroso s/n ou reformarem a primeira hipoteca existente. A 1a. hipoteca 30:000\$000. A 2a. 127:000\$000. Entra também os novos sobrados construídos recentemente nos terrenos dos antigos prédios à rua Floriano Peixoto (03)” (Cartório Botelho, 1933)

Mas, estes detalhes aos poucos vêm a desaparecer, pois parte-se do princípio de que quanto maior a minúcia sobre o imóvel, maiores serão os impostos a pagar sobre estes, visto que, ao longo do século vinte a tendência é o desaparecimento destas descrições. Para isto, far-se-á necessário pontuar a ocultação de dados sobre os imóveis nas escrituras, especialmente na segunda metade do XX. Ocultação que sinteticamente aparece nas medidas destes mesmos imóveis, por exemplo, a nomeação de compradores e vendedores. Observa-se a ausência de bens de uso, anteriormente em destaque no século XIX. Esta mudança social coloca-se como a oportunidade de se pensar o movimento do valor de uso à troca. Observe documento:

“Localização: Vila Palmira, Aldeota (Barão de Studart). Terreno medindo 11m00 de frente por 33m00 de fundos. Correspondente ao lote número 9 da quadra n. 01 da perspectiva planta aprovada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, medindo 11metros. Extremando ao norte com o lote n. 10, ao sul com o lote n. 08, ao poente com o lote n. 16 todos da mesma quadra n. 01 e ao nascente com a referida Avenida Barão de Studart, imóvel adquirido em maior porção, na conformidade da inscrição enfiteutica n. 1.6’73 do Registro de Imóveis da 1a. zona. Custo cinco mil cruzeiros (CR\$ 25.000,00). Contrato de promessa de venda com ele firmado em data de 17 de abril de 1953.”(Cartório Ponte, 1960)

Contudo, a ocultação das descrições tem uma relação direta também com os impostos a pagar, mas, entretanto, envolve outros conteúdos da produção da cidade, por exemplo, a formação de loteamentos com o desmembramento dos antigos sítios, a incorporação de novos sítios à área arruada, a abertura de ruas, a nomeação das já existentes, menções às terras públicas e devolutas, conflitos da população na apropriação de terrenos, construção de moradias e nas desapropriações das moradas e terrenos para as reformas urbanas, são fenômenos visualizados nas escrituras na primeira metade do XX e nos inventários ao longo do século XIX. Esse momento é importante também, pois os processos sociais estão acontecendo numa outra escala e isto pode ser observado a partir da urbanização das cidades, a repetição de um número significativo de imóveis através das descrições minimizadas apontam para este fenômeno social. O século XX permite esta compreensão do ponto de vista também do aumento da população, os critérios de análise também serão redefinidos. No instante em que estes sítios foram transformados em lotes para ser escriturados como se fossem espaços já com alguma apropriação espacial, passam a representar somente a formalização dos cartórios para realizar juridicamente os atributos da propriedade, isto já coloca níveis de abstração em relação a estas mesmas descrições, pois parte-se da idéia de que, no começo do século XX, consolida-se a projeção sobre os terrenos como concepção do espaço a produzir o que vai se contrapor a materialidade da descrição apontada acima. Esta diferenciação da descrição pode ser visualizada no século XIX a partir da descrição:

“Escreitura de compra e venda, que fazem Antonio Joaquim de Oliveira de huma morada de cazas terriaz encravada no sitio: Denominado Esperança: e do mesmo sitio com as benfeitorias, e arvorez frutiferáz, que se achão nelle; terreno foreiro, aos Negociantes José Smith de Vasconcelloz, e Manoel Antonio da Rocha Junior; pela quantia de hum conto e quinhentos mil reiz; pagaveis no periodo de seis

annoz: Esperança: com arvorez frutiferas e mais benfeitorias nelle existente; e cito no lugar da Jacarecanga, suburbios desta cidade, bem assim uma morada de cazas construída de tijollo e barro coberta de telha, tendo hum arco do lado da frente, que olha para esta cidade; Cessão com todas as maiz servidões portas janellas: (...) cujo terreno he foreiro a Irmandade, ou confraria de Nossa Senhora do Rozario dos Homens pretos; cuja [onde] fazemos aos Negociantes José Smith de Vasconcelloz obrigados aos foroz, a confraria competente, Senhorio Direito do terreno com que se acha ocupado o sitio icaza.” (Cartório M. L, 1846)

Da mesma forma, pôde ser observado uma divisão de imóveis antigos, possibilitando um maior adensamento, a consolidação do aluguel, das rendas, dos rendimentos⁷ desses imóveis, como imóveis desmembrados e ainda o aproveitamento do entorno dos mesmos, construção das áreas dos quintais, por exemplo na área central. O que permite observar que a própria produção do espaço capitalista, na medida em que vai se firmando como espaço da cidade, estabelece contradições espaciais de interesse para a geografia.

Mas, isto também pode ser a revelação de que há uma subordinação, na prática social, que transparece no jurídico, dos sentidos concretos, vinculados ao valor de uso, para as determinações quantitativas quando da época já está estabelecida como forma de sociabilidade. Estas determinações formais realizam-se como abstração concreta, isto como dimensão da prática social.

Um outro elemento presente diz respeito à noção de repetição dos imóveis, pois esta nos dá condições de pensar a mobilização espacial desses imóveis para a formação de loteamentos, da concentração de propriedades entre negociantes, etc. aqui em ambos (inventários e escrituras) os documentos. Destaque-se, contudo, uma contradição de maior importância. Quanto mais se produz este espaço, mais móvel se torna o imobiliário, perpassando os sentidos do valor de uso que antes tinha um sentido de utilidade.

Com relação aos dois tipos de documentos: inventários e escrituras, há uma temporalidade em cada um dos mesmos que, ao longo do tempo, mudam de característica, tornam-se mais descritivos e/ou mais técnicos e isto não significa apenas uma mudança na estrutura destes, mas são momentos importantes em que está colocada a possibilidade de confronto da produção tanto do documento, como do espaço, de forma que os documentos estão a revelar o contexto não somente temporal mais também espacial das cidades.

Na análise dos inventários convém observar que os bens aparecem em maior número, isto torna as descrições mais detalhadas, contudo, breves. Convém observar a transferência de bens neste, pois o documento comporta uma primeira descrição pessoal do inventariante e de todos os seus bens, isto como a primeira parte, momento que assegura ao pesquisador a sua inserção no universo do proprietário e da cidade. E para a segunda, divide-se entre herdeiros, ou seja, transfere-se os bens anteriormente descritos. Esse momento tem uma importância muito singular, pois aqui existe a possibilidade de acompanhar a formação dos patrimônios, como também os processos de falências postos, as repartições da propriedade, etc. Ainda nesta segunda parte é possível visualizar, na repartição dos bens, a constituição do núcleo familiar, por exemplo, quem são os herdeiros, se os agregados da casa foram inseridos na divisão, e comparar também a escrita da primeira parte com a segunda, visto que, muitas dúvidas permanecem com relação ao texto e nesta segunda parte os escrivães são obrigados a descrevê-los novamente todos os bens, pois aqui parte-se para a repartição destes. Desta forma, a transferência de patrimônios na forma de dote, herança, aparece, então, como uma forma de permanência - reprodução - deste mesmo patrimônio familiar.

A formulação de um inventário está a envolver quase sempre a igreja, a descendência (filhos-herdeiros), a venda, o credor, o armazém e a botica ("farmácia"). A constituição do mesmo

requer e exige a mobilização daquilo que se constitui como um bem urbano e/ou agrário. Já com relação à igreja envolve-a duplamente, seja através do padre, como também através do bem aforado, ou seja, do pagamento ao santo, dono do chão em que está alocado o imóvel, seja ele terreno, casa, etc. Neste caso, pensar os conteúdos sociais do documento é levar em consideração a forma abstrata pela qual o conjunto da sociedade particulariza-se a partir de uma universalidade que se faz pelas determinações postas. Cada documento envolve particularidades da vida social, o que nos fica é que pensar os elementos que sintetizam o inventário e escrituras é pensar a produção do espaço, pois ao elegê-los como componentes para a compreensão das condições objetivas reais, esta importância recai sobre os elementos mobilizadores desta produção. Isto é importante porque mostra que a produção do espaço constitui a mobilização espacial e financeira de todos estes elementos acima citados como momento central da compreensão da cidade. Os exemplos dos credores, das vendas, dos moradores, aparecem na sua forma particular, embora incorporados no processo de circulação dos bens - como meios de circulação - que, ao ser a expressão particular de cada coisa em sua individualidade, ao longo do oitocentos, ganham forma e vão expressar a formação de riquezas, dos patrimônios. Ao analisar as várias etapas que compõem o inventário observa-se em que lugar estão sendo aforados, vendidos, doados, construídos, os bens e, tudo isso, se faz como produção do espaço urbano

E já pensando nesses termos, um outro conteúdo presente são as dívidas, ativas e passivas, nestas acompanha-se a formação de sociedades anônimas, os adiantamentos de créditos à lavoura, o nascimento das trocas, a presença da produção e trabalhadores, dos empréstimos, dos endividamentos, dos cadernos de contas de armazéns, compra de propriedades do campo e da cidade, dos produtos armazenados nas prateleiras dos armazéns, de pensar as condições econômicas-sociais das cidades, das vilas.

E mais, a formação de empresas estrangeiras para a construção de serviços públicos e as formas pelas quais estas mesmas empresas formaram capital a partir destes serviços (água, estradas, energia, etc.). E, ainda, as condições de criação de rendas e as transferências dessas para investimento no urbano, a concentração de sítios, imóveis e ações nas mãos destas mesmas empresas estão presentes nesta documentação, aqui como prioridade, a escriturada (SILVA, 2000).

Convém esclarecer que os conteúdos sociais estão postos, mas a forma pela qual serão analisados vai depender daquelas condições discutidas no início, ou seja, passa por uma formação particular do ser, no sentido de que *"Não há nos clássicos uma teoria sobre o espaço, porém é no procedimento analítico e explicativo que devemos nos reter, assim às questões de princípios e de posicionamento frente à realidade..."* (MORAES, 1982, p.68)

Sobre esses mesmos conteúdos sociais, tem-se ainda a presença dos escravos juntamente com as suas formas de transferências, por exemplo, na mobilização das dívidas sob hipoteca, da compra, nos trabalhos dos sítios, na realização dos serviços domésticos ou públicos na cidade e no trabalho com gado, são momentos importantes, eventos que possibilitam pensar a formação social no Brasil, a passagem do trabalho escravo ao livre, o comércio negreiro, etc. E ainda, a incorporação do trabalho escravo na produção do mobiliário brasileiro:

"as peças em si eram bem trabalhadas e bonitas; não só porque a tradição do ofício era fazê-las assim, como também porque os oficiais e ajudantes deles eram muitas vezes gente da casa, escravos cujos dotes naturais, em boa hora revelados, a conveniência do senhor havia sabido aproveitar. Trabalhando sem pressa, nem possibilidade de lucro, o 'prazer de fazer bem feito' era tudo o que importava: isto ao menos era deles, - o dono não podia tirar." (COSTA, 1939, p.151)

Uma vez o mobiliário produzido esses carregam para si a destreza do trabalho escravo empregada como momentos incorporados à produção de bens de uso.

De um modo em geral, as condições postas nesta documentação permitem compreender a formação dos patrimônios nas cidades brasileiras, do dinheiro e imobiliário, de maneira que os vários momentos de constituição do processo de acumulação e as formas pelas quais este foi permitido estão presentes. Portanto, esses documentos guardam os conteúdos histórico-espaciais para compreender a riqueza no Brasil e pensar esta com os conteúdos da geografia, as possibilidades estão colocadas desde a metamorfose da terra, a formação das rendas, a constituição do crédito, a concentração da propriedade da terra e a sua fragmentação, a formação de vilas e cidades, etc. Esses elementos estão postos, mas a condição necessária para a análise da produção espacial das cidades a partir deles vai se dar na medida em que se consegue compreendê-los como mobilização espacial e financeira (dinheiro). Os documentos falam da cidade, da produção do espaço, das relações sociais, da constituição do urbano. Por exemplo, o documento abaixo:

"Observação: deseja dar começo ao seu inventário afim de arranjar-se com os credores do casal: uma casa de tijolos e telhas com duas portas de frente e fundo de meio quarteirão cita à Praça dos Voluntários d'esta capital n. 18, para pagamento dos credores do casal do mesmo Rufino, a quem pertence a dita casa." (SILVA, 2005, p.335)

Mas, os documentos também nos impõem dificuldades: informações incompletas de localização, muitos proprietários, referências a negociantes e lugares estrangeiros, rasuras, ausência de páginas, processos inacabados, etc. Por outro lado, para a pesquisa histórica é também comum o encontro destas lacunas sobre as procedências dos imóveis, das famílias, do mobiliário, dos negócios, enfim, o contexto do documento, etc. essas lacunas - temporais e

espaciais - exigem uma compreensão periodizada do contexto histórico, para isto, um dos procedimentos é dividi-los em períodos e a partir daí, de acordo com os objetivos da pesquisa, contextualizá-los, informações que advêm de outras fontes e autores.

Contudo, para a compreensão dos momentos da produção espacial e, em especial, nos inventários em que essas lacunas são mais presentes, o contexto torna-se imprescindível na pesquisa, pois o inventário só vai ganhar mobilidade na medida em que o contextualizamos historicamente e, assim, a compreensão da produção espacial, da riqueza, da urbanização das cidades brasileiras. Mas,

para isso, esses documentos precisam ser trabalhados em todos os níveis e dimensões já expostos, digamos que com recortes temporo-espacialmente definidos a partir da leitura dos conteúdos verticais e horizontais. Conteúdos presentes a partir dos atributos do campo, conteúdos agrários, das transformações das ruas, da criação de bairros, dos espaços públicos, da sobreposição de mapas de épocas diferentes como forma de representação desses conteúdos, mediante a reunião de informações adquiridas confrontando-as com as antigas. E mais, os momentos estão expostos, mas analisá-los vai depender da formação epistemológica do pesquisador.

Notas

1 *O espaço de catástrofe está relacionado - tem sua gênese - à noção de crise, esta pensada a partir dos momentos críticos da produção e reprodução social, seja sob a análise das relações do Estado moderno, como ainda, do espaço, de modo a envolver níveis de compreensão desses momentos como também as relações entre estes níveis. Esta noção baseia-se em Henri Lefebvre em que, sob os escritos de R. Thom, Henri Lefebvre compreende que a "La théorie classique des crises ne disparaît pas. Elle prend place dans celle des catastrophes. Elle permet de décrire et d'analyser les symptômes d'une éventualité, la catastrophe."* p.257. Acrescenta o autor que "Cette théorie est qualitative, ignorant les considérations d'échelle comme les lois seulement quantitatives (...). L'auteur démontre la généralité de sa théorie et son application, non seulement aux phénomènes physiques et naturels, mais aux phénomènes historiques et sociaux: partout où il y a morphologie et topologie." p. 258. Cf: Henri Lefebvre. *De la théorie des crises à la théorie des catastrophes*. In: *De l'état. Les contradictions de l'état moderne la dialectique et/de l'état*. Tome IV. Paris: 1018, 1978. pp.211-258.

2 Grifo da autora.

3 Segundo pesquisa da autora em documentos primários brasileiros do século XIX, foi possível

observar que os bens comportam os imóveis, o mobiliário, os escravos, as propriedades, tanto os agrários como os urbanos, etc. No sentido de que pode estar pressuposto tanto na sua mobilização espacial e financeira como no seu oposto, ou seja, imobilizados como repouso temporário.

4 "Em 1842 tinha sido firmada convenção com o governo português, para regularizar o ajuste de contas herdado da Independência. Para saldar as obrigações, novo empréstimo foi contraído em Londres junto aos Rothschild, em janeiro de 1843, por um valor nominal de 732.600, a 85%, com prazo de 20 anos, juros de 5%, tendo como garantia geral todos os recursos do Império e particularmente as rendas da Alfândega." (ALMEIDA, 1998, p.-19-20).

5 "Foi no seio da Sociedade Auxiliadora que nasceu, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro." Cf: SILVA, José Luiz Wernek da. "A sociedade auxiliadora da indústria Nacional, matriz do Instituto Histórico," In: *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1989. pp.11-20. Apud: SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. São Paulo/Campinas: Unicamp, 1996. p.112.

6 Como atributo geográfico a descrição permite em muitos momentos nos levar aos lugares, nos coloca no contexto histórico-social das cidades. E, mais ainda, faz-nos pensar sobre a mobilização dos imóveis, lembramentos, as pequenas vendas, sobre a rua e suas transformações, seus moradores...E por que não na metrópole? "Na casa de minha avó materna está instalada hoje, a doceira Dulca (construída através do lembramento de dois antigos terrenos ocupados por casas construídas nas primeiras décadas do século). A vila, onde morei, ainda está lá, não foi derrubada, mas é como se tivesse sido arrasada, sem vida alguma; seus escombros estão escondidos através de uma imensa porta de ferro; virou depósito. As casas ao lado da vila perderam a parte da frente, os terrenos lembrados deram origem a uma oficina de automóveis. A farmácia da esquina com sua decoração do início do século, toda em madeira, balcão de mármore, portas de vidro branco desenhados, e chão quadriculado em preto e branco, deu seu lugar a uma loja de automóveis. Não sei no que se transformou o 'armário' grande e colorido pela profusão das linhas e lãs que decoravam as prateleiras e era ponto de encontro das senhoras que faziam crochê e tricô." pp. 8-9. A autora está a descrever a rua da sua infância, a Lopes Chaves n. 123, na Barra Funda.

Cf: CARLOS, Ana Fani Alessandri. Memorial Apresentado ao Concurso Para Provimento de Cargo de Professor Titular em Geografia Junto ao Departamento de Geografia. FFLCH-USP. São Paulo, 2004. (mimeo). 203p.

7 É importante a observação de que ao longo da pesquisa foi possível compreender o significado das rendas e dos rendimentos. Essa diferença está colocada em relação aos moradores. Os que conseguem através das rendas investir na cidade, mobilizando recursos do campo para a cidade, como mobilização espacial que se faz a partir das transferências destas mesmas rendas, por exemplo na compra de imóveis urbanos, a estes cabe-lhe os atributos das rendas. Para os moradores que vivem dos pequenos ganhos e utilizam para manutenção familiar, com investimentos esporádicos, por exemplo, para a reforma de partes da casa e compra de mantimentos, a estes estão atribuídos os rendimentos, pois os ganhos são utilizados para a sua reprodução. Essa diferenciação faz parte das considerações sobre os inventários de montantes maiores e os sem montantes. Para maiores detalhes desse momento Cf: SILVA, Ana Cristina Mota. "Do entesouramento à acumulação urbana. A produção do espaço de Fortaleza no século XIX". Tese (Doutorado), FFLCH-USP. Or. Prof. Dra. Amélia Luisa Damiani. São Paulo, 2005.

Bibliografia

Inventários e Escrituras. Cartórios. Arquivo Público do Estado do Ceará. 1808 a 1899.

ALFREDO, Anselmo. Filosofia e anti-filosofia. SP, 2000. (pp. 1-4). mimeo.

ALMEIDA, Paulo Roberto. "A diplomacia financeira do Brasil no Império." In: Revista de História Econômica & História de Empresas. São Paulo: Hucitec/Abphe. V. 1, 1998. (pp. 7-47).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Memorial Apresentado ao Concurso Para Provimento de Cargo de Professor Titular em Geografia Junto ao Departamento de Geografia. FFLCH-USP. São Paulo, 2004. (mimeo). 203p.

COSTA, Lúcio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, v.3, Rio de Janeiro, 1939. (pp. 149-162).

DAMIANI, Amélia Luisa. "A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses." Revista Cidades, v. 1. n. 1. jan./jun. 2004, Presidente Prudente. (pp. 79-95).

DIAS, Hércia. O mobiliário dos inconfindentes. IPHAN, v. 3, Rio de Janeiro, 1939. (pp.163-172).

GIANNOTTI, José Arthur. "Ciência e gênese". In: GIANNOTTI, José Arthur (org.). Texto n. 3. Seleções cebrap n. 2. Exercícios de filosofia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975. (pp. 34-42).

- GIANNOTTI, José Arthur. Trabalho e reflexão. Ensaio para uma dialética da sociabilidade. São Paulo: Brasiliense, 1983. 379p.
- GIANNOTTI, José Arthur. Lógica formal lógica especulativa, São Paulo, 1997. (mimeo). (pp. 1-20).
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. "Considerações sobre o método". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas, São Paulo: Editora Contexto, 2005 (pp. 291-300).
- KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. In: Os pensadores. Trad. de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (pp. 23-32).
- KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. 5a. ed. Rio de Janeiro, 1998. (caps. 3, 4 e 5). Trad. Waltensir Dutra. (pp. 79-249).
- LEBRUN, Gérard. La patience du concept: essai sur le discours hegelien. Paris: Ed. Gallimard, 1972. 421p.
- LEFEBVRE, Georges. La vente des biens nationaux. In: Études sur la Révolution française. Paris: Presses Universitaires, 1963. (pp. 305-337).
- LEFEBVRE, Henri. La Vallée de Campan. Étude de sociologie rurale. Paris: Presses Universitaires, 1963. 220p.
- LEFEBVRE, Henri. Metafilosofia. Prolegômenos. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967. 399p.
- LEFEBVRE, Henri. De la théorie des crises a la théorie des catastrophes. In: De l'état. Les contradictions de l'état moderne la dialectique et/de l'état. Tome IV. Paris: 1018, 1978. (pp.211-257).
- LÊNIN, V. I. "A teoria do conhecimento do materialismo dialético e do empiriocritismo. III." In: Seleção de textos: teoria e método. n. 14, Agb. São Paulo, 1986. (pp. 1-46.)
- LUKÁCS, Georg. El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. 1a. ed. México: Editora Fondo de Cultura Económica, Trad. Wenceslao Roces, 1959. 705p.
- MACHADO, Alcântara. Vida e morte do bandeirante. São Paulo: Ed. Martins, 1943. 238p.
- MARTINS, José de Souza. A viagem do vapor Europa ao Atlântico Sul, jul/1877. In: Raízes, julho, 1995. (pp. 4-11).
- MARX, Karl & ENGELS Federico. La ideologia alemana: critica da novissima filosofia alemã nas pessoas de seus representantes Feurbach, B. Bauer y Stirner, e do socialismo alemão nas pessoas de seus diferentes profetas. Argentina: Ed. Pueblos Unidos, T. I, Trad. Wenceslao Roces 1978.
- MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)1857~1858.13ª. ed. México: Ed. Siglo Veintiuno, Vol. II Trad. Pedro Scaron.1997. 493p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Em busca da ontologia do espaço. In: MOREIRA, Ruy (org.). Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982. (pp. 68-72).
- NEUMANN, Franz. Behemoth. Pensamiento y acción en el nacional-socialismo. 1a. ed. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1943. 583p.
- QUAINI, Massimo. A construção da geografia humana. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983. 158p.
- ROHDEN, Valerio. Immanuel Kant. Vida e Obra. (1724-1804). In: Os pensadores. Trad. de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (V-XXIV).
- SILVA, Ana Cristina Mota. A propriedade privada da terra e a produção de novas espacialidades na cidade de Fortaleza. Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP. Or. Prof. Dra. Amélia Luisa Damiani. São Paulo, 2000. 165p.

SILVA, Ana Cristina Mota. "Do entesouramento à acumulação urbana. A produção do espaço de Fortaleza no século XIX". Tese (Doutorado), FFLCH-USP. Or. Prof. Dra. Amélia Luisa Damiani. São Paulo, 2005. 450p.

SILVA, Armando Corrêa da. "Natureza do trabalho de campo em geografia humana e suas limitações ". Revista do Departamento de Geografia - FFLCH-USP. n. 1. São Paulo: 1980. (pp. 49-54).

SILVA, José Luiz Wernek da. "A sociedade auxiliadora da indústria Nacional, matriz do Instituto Histórico," In: Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989. (pp.11-20). Apud: SILVA, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850. São Paulo/Campinas: Unicamp, 1996. 373p.

Trabalho enviado em fevereiro de 2008

Trabalho aceito em março de 2008

